Consultoria

126) ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. AGENTES PÚBLICOS. RESPONSABILIDADE CIVIL. Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas. Contratação. Vantagem. Necessidade de autorização legislativa. Inteligência do artigo 128 da Constituição do Estado. Precedente: Parecer PA nº 14/2013. Identificação de prováveis incompatibilidades com o ordenamento jurídico-constitucional. Princípios da legalidade, moralidade e eficiência da Administração pública. Ausência das especificidades constitucionais ligadas às pessoas estatais que exploram atividade econômica. Jurisprudência dos tribunais de contas. Recomendações. (Parecer PA nº 64/2017 – Em 27/10/2017, o Procurador Geral do Estado deixou de aprovar o Parecer PA nº 64/2017, nos termos do despacho da Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral)

127) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO. Lei Municipal nº 13.610/15, de Ribeirão Preto; Lei Municipal nº 3.220/15, de Santos; Lei municipal nº 8.639/16, de Araraquara; Lei Municipal nº 1.791/16, de Itu. Leis Municipais que autorizam a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em estádios de futebol, conjuntos poliesportivos e praças despor-

tivas municipais. Inconstitucionalidade por contrariedade à legislação estadual existente sobre o tema, editada com fulcro na competência do Estado para suplementar as normas gerais federais sobre produção e consumo (art. 5º, I, Lei estadual nº 9.470/96; art. 13-A, II, Lei federal nº 10.671/03). Art. 24, V, §§ 1º e 2º, da CF; art. 30, I e II, da CF; art. 144, CE. ADI propostas em face das leis editadas pelos Municípios de Santos, Araraquara e Itu julgadas procedentes pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. (Parecer PA nº 58/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 30/10/2017)

128) PREVIDENCIÁRIO. CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. INTERSTÍCIO DE 03/02/1997 A 06/08/2007, EM QUE SERVIDORA TITULAR DE CARGO EFETIVO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO EXERCEU, MEDIANTE AFASTAMENTO, CARGO EXCLUSIVAMENTE EM COMISSÃO JUNTO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. À luz do § 13 do artigo 40 da CF/1988, incluído pela EC nº 20/1998, inviável reconhecer vínculo entre ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão e Regimes Próprios de Previdência a partir de 16/12/1998, razão por que não há que se cogitar de emissão de CTC pelo RPPS paulista quanto a tal período. Antes dessa data,

embora os ocupantes de cargos comissionados pudessem estar vinculados ao RPPS, não poderiam estabelecer duplo vínculo previdenciário. Quanto ao interstício de 03/02/1997 a 31/12/1998, portanto, a emissão de CTC pelo RPPS paulista fica condicionada à constatação de que a interessada não esteve vinculada a outro regime de previdência em decorrência do cargo efetivo municipal. Precedentes: Pareceres PA nº 67/2014 e 94/2014. (Parecer PA nº 72/2017 – Aprovado pela Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral em 22/11/2017)

129) PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM DE TEMPO. APOSENTADORIA. PROCURADOR DO ESTADO. Artigo 93 da Lei Complementar Estadual nº 478/1986. Artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20/1998. Direito adquirido dos Procuradores do Estado admitidos antes de 16 de dezembro de 1998 à contagem do tempo de advocacia exercido anteriormente ao ingresso da carreira como tempo de serviço público. Precedentes: PA-3 28/2000, PA-3 48/2000, PA 58/2003 e PA 66/2003. “O tempo de serviço público estadual, neste incluído o tempo de advocacia regularmente averbado a pedido de Procuradores do Estado que já integravam a carreira ao tempo da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20/1998, é integralmente computado para efeito de aposentadoria no cargo efetivo”, de sorte que “eventual tempo concomitante certificado pelo INSS não deverá ser considerado pela SPPREV para o mesmo efeito”. Precedente: PA nº 21/2017.

(Parecer PA nº 73/2017 – Aprovado pela Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral em 04/12/2017)

130) SERVIDOR PÚBLICO. PROCURADOR DO ESTADO. DIREITOS E VANTAGENS. LICENÇA-PRÊMIO. NOJO. Falecimento do avô da servidora no curso da fruição do prêmio de assiduidade. Inocorrência de falta ao serviço em virtude desse fato. Ausência de suporte fático para a constituição do direito subjetivo que deflui do artigo 78, IV, da Lei Estadual nº 10.261, de 28 de outubro de 1968. Hipótese em que não restou configurada a impossibilidade de material do exercício de um direito em razão do exercício de outro, que nem sequer chegou ser criado. Inaplicabilidade da orientação fixada nos precedentes Pareceres PA nº 45/2015, 71/2012, 321/2006, 288/2006 e PA-3 nº 11/2001, 331/1995, 15/1995, 27/1992, 114/1989, etc. Distinção entre o direito cogitado pela interessada e as licenças previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos. Proposta de indeferimento do pedido de averbação de dois dias de licença-prêmio para gozo oportuno. Precedente: Parecer PA-3 nº 173/1993. (Parecer PA nº 18/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 07/12/2017)

131) SANÇÃO ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO/CASSAÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL. Anteprojeto que visa à alteração da Lei estadual nº 11.199/2002, que proíbe tratamento discriminatório em relação aos portadores do vírus HIV ou AIDS. Proposta de inclusão das penas de suspensão e

de cassação de inscrição estadual. Inexistência de óbice à luz da generalidade das leis. Inadequação face aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, nos termos do Parecer PAT nº 22/2015. (Parecer PA nº 74/2017 – Aprovado pela Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral em 11/12/2017)

132) CONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO. ESTADO-MEMBRO. URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

ALTERAÇÃO DE DIRETRIZES DE ZONEAMENTO ESTABELECIDAS EM PLANO DIRETOR. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Arguição de inconstitucionalidade da Lei nº 8.827, de 30 de agosto de 2017, do Município de Jundiaí, que, a pretexto de proteger o meio ambiente, veda procedimentos administrativos para fins imobiliários e correlatos em imóvel de propriedade do Estado de São Paulo. Inconstitucionalidade formal sob os seguintes fundamentos: (i) vício de iniciativa (artigos 5º, 37 e 47, II e XIV, c/c 144, todos da CE); (ii) ausência de prévio estudo técnico e debates adequados (artigo 180, II e 191, da CE); (iii) ofensa à competência do Estado-membro para legislar sobre o uso de bens estaduais (artigo 19, VII, da CE). Inconstitucionalidade material consistente na indevida restrição do direito de propriedade titularizado pelo Estado-membro (artigo 5º, XXII e XXIII, e 182, § 2º, da CF, c/c artigo 144 da CE). Minuta de petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, a ser proposta perante o Tribunal de Justiça (artigos 74, VI, e 90, I, da CE). Pedido de me-

da cautelar, haja vista que a Lei Estadual nº 16.338, de 14 de dezembro de 2016, autorizou a alienação do imóvel e sua inclusão no Fundo de Investimento Imobiliário, cuja administração é objeto de procedimento licitatório em curso. Precedentes: Pareceres PA nº 138/2008 e 84/2015; Parecer AGI nº 40/2017. (Parecer PA nº 69/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 12/12/2017)

133) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO. DESAFETAÇÃO DE ÁREA INSTITUCIONAL DE LOTEAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA COM OUTRO IMÓVEL.

Alteração de destinação de área institucional. Incompatibilidade com o disposto no artigo 180, inciso VII da Constituição Paulista. Precedentes: Pareceres PA-3 nº 100/91, PA-3 nº 319/95, PA nº 254/05, PA nº 146/06, PA nº 147/06, PA nº 74/07, PA nº 154/07, PA nº 198/07. LEI Nº 1.447/2011, DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, QUE PROCEDE À DESAFETAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ÁREA INSTITUCIONAL (EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO) DE LOTEAMENTO, BEM COMO AUTORIZA SUA PERMUTA COM PARTICULAR. Violação ao artigo 180, VII da Constituição do Estado de São Paulo. Inconstitucionalidade de leis municipais com conteúdo análogo declarada em reiteradas oportunidades pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (Parecer PA nº 70/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 12/12/2017)